

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A. – ABGF**

**EM 30 DE JUNHO DE 2015
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	3
Balanço patrimonial.....	5
Demonstração dos resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	10
2 Resumo das principais práticas contábeis	11
2.1 Base de preparação	11
2.2 Moeda funcional e de apresentação	12
2.3 Caixa e equivalentes de caixa	12
2.4 Contas a receber de clientes	12
2.5 Imobilizado.....	12
2.6 Fornecedores	12
2.7 Provisões.....	13
2.8 Outros ativos circulantes e não circulantes	13
2.9 Apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	13
2.10 Reconhecimento de receita e despesa	13
2.11 Reapresentação das cifras comparativas	13
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	13
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	14
5 Contas a receber de clientes	14
6 Outros créditos.....	14
7 Tributos a recuperar	15
8 Investimento em Fundos	15
9 Imobilizado	16
10 Obrigações trabalhistas e sociais.....	17
11 Obrigações fiscais e tributárias	17
12 Patrimônio líquido	17
13 Receita operacional líquida.....	18
14 Resultado financeiro	19
15 Despesas administrativas.....	20
16 Despesas com pessoal	21
17 Despesas tributárias	22
18 Eventos subsequentes	22

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Sócio Acionista da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que foram determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Agência. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

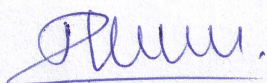
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de agosto de 2015

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8



Dominique Joseph Marcel Nezan
Contador CRC 1SP220825/O-0

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	Passivo	Nota	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.734.269	41.835.746	Fornecedores		602.848	264.340
Contas a receber de clientes	5	6.323.228	2.184.045	Obrigações trabalhistas e sociais	10	2.484.754	1.775.661
Outros créditos	6	464.114	14.647	Obrigações fiscais e tributárias	11	514.575	404.454
Tributos a recuperar	7	2.658.374	1.802.362				
Total do ativo circulante		42.179.985	45.836.800	Total do passivo circulante		3.602.177	2.444.455
Não circulante				Capital social	12.a	50.000.000	50.000.000
Imobilizado	9	756.048	468.988	Prejuízos acumulados	12.b	(10.666.144)	(6.138.667)
Total do ativo não circulante		756.048	468.988	Total do patrimônio líquido		39.333.856	43.861.333
Total do ativo		42.936.033	46.305.788	Total do passivo e patrimônio líquido		42.936.033	46.305.788

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Demonstração dos resultados Semestres findos em 30 de junho (Valores expressos em reais)

	Nota	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Receita operacional líquida	13	8.708.875	-
Despesas administrativas	15	(1.818.830)	(116.062)
Despesas com pessoal	16	(13.420.161)	(6.058.398)
Despesas tributárias	17	(245.899)	(44.879)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	2.384
Lucro antes do resultado financeiro		(6.776.015)	(6.216.955)
Despesas financeiras	14	(426)	(8.914)
Receitas financeiras	14	2.248.964	2.351.531
Resultado antes dos impostos e contribuições		(4.527.477)	(3.874.338)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do semestre	12.b	(4.527.477)	(3.874.338)
Quantidade de ações ordinárias		50.000	50.000
Lucro (prejuízo) líquido por ação / ação diluída		(90,5)	(77,5)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho

(Valores expressos em reais)

	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Prejuízo do semestre	(4.527.477)	(3.874.338)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	(4.527.477)	(3.874.338)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2015

(Valores expressos em reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reservas		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		50.000.000	2.125	30.283	-	50.032.408
Prejuízo do semestre					(3.874.338)	(3.874.338)
Saldos em 30 de junho de 2014		50.000.000	2.125	30.283	(3.874.338)	46.158.070
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)		50.000.000	-	-	(6.138.667)	43.861.333
Prejuízo do semestre	12.b				(4.527.477)	(4.527.477)
Saldos em 30 de junho de 2015		50.000.000	-	-	(10.666.144)	39.333.856

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho

(Valores expressos em reais)

	Nota	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do período	12.b	(4.527.477)	(3.874.338)
Ajustes para conciliar o Resultado e as disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais			
Juros de atualização de dividendos provisionados		-	421
Depreciação	9	75.642	120
Variações nos Ativos			
Aumento em contas a receber de clientes		(4.139.183)	-
Aumento em outros créditos		(449.467)	(244.057)
Aumento em impostos a recuperar		(856.012)	(510.345)
Variações nos Passivos			
Aumento em fornecedores		338.508	-
Aumento em obrigações trabalhistas e sociais		709.093	917.471
Aumento em obrigações fiscais e tributárias		110.121	64.160
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(8.738.775)	(3.646.568)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado	9	(362.702)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(362.702)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Dividendos pagos		-	(10.515)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(10.515)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(9.101.477)	(3.657.083)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		41.835.746	50.073.433
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		32.734.269	46.416.350
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(9.101.477)	(3.657.083)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

1 Informações gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima, criada pelo Decreto no 7.976, de 1º de abril de 2013, conforme autorizado pela Lei no 12.712, de 30 de agosto de 2012, tendo iniciado suas atividades em 27 de agosto de 2013.

A ABGF está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa tem sede e foro em Brasília – Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional.

Em 1º de julho de 2014, a ABGF criou uma filial na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com o propósito de subsidiar a ABGF/Matriz na execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação (SCE), cujas garantias prestadas são lastreadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Os serviços executados pela ABGF incluem análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, conforme previsto no artigo 4º, inciso III, da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979.

A ABGF tem por objeto (i) a prestação de garantias às operações de riscos diluídos em áreas de grande interesse econômico ou social; (ii) a constituição, administração, gestão e representação de fundos garantidores; (ii) a constituição, administração, gestão e representação de fundos que tenham por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural, nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, desde que autorizada pela legislação aplicável aos seguros privados, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros; (iii) a execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979.

Por meio da Portaria SUSEP no 5.920, de 24 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2014, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu autorização à ABGF para o início de suas operações de emissão direta de garantia, de que trata o inciso I do artigo 38 da Lei no 12.712, de 2012.

Entretanto, até esta data não teve início a emissão direta de garantias pela ABGF. Por meio do Ofício nº 0293/2014/SUSEP-GABIN, de 04 de junho de 2014, a Susep definiu que a Empresa deverá encaminhar exclusivamente as informações relativas aos dados cadastrais, do quadro I do Formulário de Informações Periódicas (FIP). Outras informações somente serão encaminhadas quando iniciarem as operações de garantia direta.

Objetivando cumprir seu objeto constitucional, a ABGF, em conjunto com o Governo Federal, iniciou negociações para a transferência de alguns fundos especiais e programas federais, já previstos legalmente, para a gestão da empresa, para mitigar impactos decorrentes do adiamento na operacionalização de algumas frentes de negócio.

A Medida Provisória nº 682, de 10 de julho de 2015, transferiu para a ABGF a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O FESR tem por objetivo manter e garantir o equilíbrio das operações agrícolas brasileiras, oferecendo cobertura suplementar para as seguradoras contra riscos de catástrofes climáticas que atinjam a atividade rural. A efetivação da referida transferência ocorreu na 2ª quinzena de julho de 2015.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

O contrato de serviços celebrado entre a ABGF e a Secretaria de Assuntos Internacionais do Governo Federal (SAIN/MF), tem como uma de suas obrigações a recuperação de créditos no exterior relativos aos sinistros pagos pelo FGE (fundo público com recursos da União). Essa atividade pode ser executada tanto pela ABGF quanto pela União diretamente, que poderão contratar advogados no exterior para isso. A Portaria/MF nº 256, de 11 de maio de 2015, introduziu a possibilidade de que a contratação, pela União, ocorra por intermédio da AGU. A ABGF então, nesses casos, prestaria assessoria técnica à União e acompanharia as ações adotadas pelos advogados externos.

O Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), que tem por objeto oferecer as garantias complementares necessárias para os financiamentos de infraestrutura do País, foi constituído oficialmente na Assembleia Geral de Cotistas realizada em 28/11/2014 e normatizado pela ABGF. A integralização dos recursos subscritos pela União na referida Assembleia, bem como eventual aporte de recursos por outros cotistas não foram realizados até 30 de junho de 2015, com exceção da ABGF, que já integralizou as cotas estatutariamente exigidas.

Em 10 de agosto de 2015, a União integralizou R\$ 1 milhão do total de cotas subscritas em 28/11/2014, no valor de R\$ 50 milhões.

Em 2014 a empresa se preparou para a incorporação das cotas dos fundos garantidores (FGHab, FGI e FGO) via aumento de capital a ser efetuado na AGE agendada para 30/12/2014. Entretanto, a matéria não foi deliberada. Ainda em 2014, foi elaborado um diagnóstico atuarial dos fundos FGHab e FGI, sem apontamentos negativos nos resultados de equilíbrio atuarial de ambos.

No primeiro semestre de 2015, diante da frustração das expectativas de incorporação das cotas dos fundos garantidores e do adiamento da capitalização do FGIE, foram adotadas medidas de ajustes com o objetivo de reduzir as despesas administrativas e de investimentos da empresa. Tais medidas resultaram em uma previsão de redução das despesas administrativas em pelo menos 30 % no segundo semestre de 2015. Aliado a isso, a empresa tomou a iniciativa de prospectar novos negócios, voltados, principalmente, para a administração e a gestão de fundos e programas governamentais. As ações ora empreendidas tem o objetivo de alcançar o equilíbrio econômico da empresa no menor prazo possível.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 18 de agosto de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas contábeis aplicadas foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado o contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações financeiras da empresa é o real (R\$).

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos. A empresa optou por utilizar as taxas fiscais para depreciação, tendo em vista que se adaptam à sua realidade.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, cujo valor é próximo a seu valor justo.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Agência tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.8 Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.9 Apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (Duzentos e quarenta mil reais) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro real tributável. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados mensalmente por estimativa, levantando-se balancete de suspensão e redução dos tributos.

2.10 Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

2.11 Reapresentação das cifras comparativas

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, apresentado para fins de comparação, foi ajustado e está sendo reapresentado para efeito de melhor apresentação dos saldos e adequação ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

	<u>Original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reapresentado</u>
Contas a receber de clientes	2.356.876	(172.831)	2.184.045
Obrigações fiscais e tributárias	(429.082)	24.628	(404.454)
Prejuízos acumulados	(5.990.464)	(148.203)	(6.138.667)

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Bancos (i)	-	663.274
Fundo Fixo (ii)	4.144	3.271
Aplicações Financeiras (iii)	32.730.125	41.169.201
	32.734.269	41.835.746

- (i) O valor registrado em Bancos em 31/12/2014 refere-se a saldo remanescente para pagamento no 1º dia útil do mês seguinte.
- (ii) Fundo Fixo refere-se ao caixa para despesas de pequeno vulto, de acordo com norma interna da ABGF (GEFIN/NOR/01/1/0), baseada na legislação federal aplicável.
- (iii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no Fundo de Investimento em Cotas (FIC) Exclusivo, administrado pelo Banco do Brasil, com compra de cotas do FI BB TOP CP.

5 Contas a receber de clientes

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)
SAIN/MF (i)	1.601.220	1.811.898
FGIE – Parte Relacionada (ii)	4.722.008	372.147
	6.323.228	2.184.045

- (i) Valor a receber da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), referente aos serviços prestados nos meses de junho e julho de 2015.
- (ii) Valor a receber do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), relativo à remuneração pela administração do Fundo. Até essa data, a União não integralizou as cotas do FGIE, de sua responsabilidade, conforme Ata de Constituição do FGIE, de 28/11/2014, por essa razão estão pendentes de pagamento pelo Fundo à ABGF as remunerações de dezembro/2014 a junho/2015.

6 Outros créditos

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Adiantamento de 13º Salário/Gratificação Natalina	436.259	3.949
IPTU pago antecipadamente	19.414	-
Adiantamento para viagens (i)	8.441	10.698
	464.114	14.647

- (i) O saldo de Adiantamento para Viagens registra os adiantamentos concedidos, cujas viagens e respectivas prestações de contas ocorrerão no mês seguinte.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

7 Tributos a recuperar

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
IRRF s/Rendimentos de Aplicações Financeiras (i)	1.782.227	1.262.978
IRRF a Recuperar (ii)	725.087	446.387
CSLL a Recuperar (ii)	151.060	92.997
	2.658.374	1.802.362

(i) O saldo da rubrica IRRF s/Rendimentos de Aplicações Financeiras registra as retenções efetuadas pelo Banco do Brasil sobre os rendimentos brutos auferidos pela ABGF na aplicação de suas disponibilidades financeiras, no Fundo de Investimento Extramercado e no Fundo de Investimento em Cotas (FIC) Exclusivo BB Paranoá, administrados pela Instituição. Essas retenções representam antecipações do pagamento do tributo, a serem compensadas em apurações efetivas da própria ABGF.

(ii) Os valores das rubricas IRRF a Recuperar e CSLL a Recuperar referem-se a tributos retidos pela SAIN/MF em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1234, de 2012, pelos serviços prestados pela ABGF àquele órgão.

8 Investimento em Fundos

A Companhia é cotista do Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE, conforme estatutariamente exigido. O art. 4º do Estatuto do FGIE estabelece que a “Administradora deverá ter participação de, no mínimo, 0,01% (um centésimo por cento) no patrimônio do FGIE”.

Na data de constituição do FGIE, 28.11.2014, a União subscreveu 10.000 cotas de R\$ 5.000,00 cada e a ABGF subscreveu 0,01% do total de cotas, ou seja, 01 cota no valor de R\$ 5.000,00.

Em 10.12.2014, a ABGF integralizou a cota que subscreveu.

O investimento da ABGF nas cotas do FGIE foi apropriado em Investimento Permanente, no Ativo Não Circulante, tendo em vista que a Companhia fará novos aportes no Fundo sempre que a União ou outros cotistas o fizerem, para manter a paridade exigida no Estatuto do FGIE.

O investimento no FGIE é atualizado de acordo com a variação das cotas do Fundo. As cotas do FGIE em 30.06.2015 tem valor negativo de R\$ (472,13).

A seguir o demonstrativo do investimento:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
FGIE - valor patrimonial	5.000	5.000
(-) FGIE - desvalorização das cotas	(5.000)	(5.000)
	-	-

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

9 Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação, calculada com base no método linear e pelas taxas fiscais.

(a) Composição

Elemento	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido 30/06/2015	Valor líquido 31/12/2014
Mobiliário em Geral	206.111	(28.507)	177.604	201.874
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	66.092	(4.568)	61.524	14.065
Equipamentos de Informática e Software	564.651	(58.747)	505.404	240.656
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	13.770	(2.754)	11.016	12.393
	850.624	(94.576)	756.048	468.988

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2014	Adições	Transferências	30 de junho de 2015
Mobiliário em geral (i)	212.966		(6.855)	206.111
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	17.115	43.197	5.780	66.092
Equipamentos de Informática e Software	244.071	319.505	1.075	564.651
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	13.770			13.770
	487.922	362.702		850.624
	31 de dezembro de 2014	Adições	Transferências	30 de junho de 2015
Mobiliário em geral	(11.092)	(17.415)		(28.507)
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	(3.050)	(1.518)		(4.568)
Equipamentos de Informática e Software	(3.415)	(55.332)		(58.747)
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	(1.377)	(1.377)		(2.754)
	(18.934)	(75.642)		(94.576)

(i) Em relação ao saldo de 31/12/2014, houve reclassificação contábil nesta rubrica, para adequação ao controle patrimonial da empresa.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

10 Obrigações trabalhistas e sociais

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Provisão para férias e encargos	1.173.252	1.043.518
Provisão para 13º salário e encargos	574.403	-
Outros créditos a funcionários	15.775	-
INSS a recolher	306.290	310.833
FGTS a Recolher	70.325	111.069
Contribuição sindical a recolher	331	700
Ressarcimento de salários cedidos	344.378	309.541
	2.484.754	1.775.661

11 Obrigações fiscais e tributárias

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Empresa, relativos à prestação de serviços, e retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e as contratações realizadas pela ABGF, em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, o Regulamento do ISS (Decreto nº 25.508, de 29 de janeiro de 2005), a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2013 e legislação tributária vigente.

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)
COFINS s/ Faturamentos a Recolher	204.593	153.746
PIS s/ Faturamento a Recolher	44.443	33.307
IRRF s/ Folha de Pagamento a Recolher	170.181	183.574
ISS a Recolher	83.794	18.608
Tributos Federais s/ Notas Fiscais a Recolher	10.176	13.769
ISS Retenções a Recolher	744	228
INSS retido a Recolher	644	1.222
	514.575	404.454

12 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

(b) Prejuízo do período

A ABGF apurou, no 1º semestre de 2015, prejuízo no valor de R\$ 4.527.477 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e sete reais).

Dentre os fatores que contribuíram para o resultado negativo da empresa, está o fato da ABGF ser uma empresa nova e ter iniciado suas atividades operacionais somente em 1º de julho de 2014, com a assinatura do primeiro contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), para análise dos serviços de garantia do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

A partir de novembro de 2014, a ABGF iniciou a administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE). O FGIE foi constituído em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 28/11/2014, que aprovou o Estatuto do Fundo e a subscrição de capital de R\$ 50 milhões pela União e de 0,01% desse valor (R\$5.000,00) pela ABGF. A partir de dezembro/2014 teve início a recuperação das despesas administrativas da ABGF junto ao FGIE, parte da remuneração que cabe à ABGF como administradora do Fundo.

Cabe salientar que a integralização do capital do FGIE pela União e demais cotistas não foi realizada até 30 de junho de 2015, com exceção da ABGF, que já integralizou as cotas que subscreveu. Há discussões em andamento com vistas ao desenvolvimento de solução para o FGIE no contexto do programa de infraestrutura.

Em 10 de agosto de 2015, a União integralizou R\$ 1 milhão do total de cotas subscritas em 28/11/2014, no valor de R\$ 50 milhões.

O resultado negativo do período foi afetado pela indefinição na operacionalização dos fundos a serem administrados pela ABGF, tendo como consequência o adiamento de receitas anteriormente esperadas, exigindo da empresa a adoção de medidas de ajuste, como redução do quadro de pessoal e contingenciamento de despesas e investimentos, com objetivo de alcançar equilíbrio econômico-financeiro no menor prazo possível.

Em decorrência desses ajustes houve impacto no resultado do semestre em função do valor das rescisões de contrato de trabalho, cumprindo ressaltar que os efeitos das reduções no quadro de pessoal serão efetivamente observados a partir do 2º semestre de 2015, com redução de cerca de 35% das despesas administrativas da empresa. As rescisões ocorridas no 1º semestre de 2015 geraram um gasto de R\$ 547,7 mil.

Também teve relevante impacto no resultado do semestre a aplicação das cláusulas econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho dos Securitários, com efeitos retroativos a janeiro de 2014. O pagamento dos salários e benefícios retroativos a janeiro/2014 impactou o resultado em R\$ 1,1 milhão.

13 Receita operacional líquida

A receita da Agência foi gerada pela prestação de serviços relacionados à concessão e acompanhamento da concessão de seguro de crédito à exportação, ao amparo do FGE e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

Em 1º de julho de 2014, a Agência celebrou contrato com a Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN/MF para execução dos serviços relacionados ao FGE e a partir de 28 de novembro de 2014 iniciou a administração do FGIE.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

A remuneração da ABGF referente à prestação de serviços para a SAIN/MF, para análise das operações garantidas pelo Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) tem como base de cálculo a entrada de novas operações garantidas pelo FGE assim como um percentual sobre a exposição total. As restrições orçamentárias para política de apoio assim como a conjuntura atual têm afetado o desempenho das exportações, e com isso houve uma redução no número de operações garantidas pelo FGE, contribuindo, dessa forma, para a redução de 37,6% no valor da remuneração em comparação com o 2º semestre de 2014 (R\$ 8.441.837).

As deduções correspondem a tributos federais e municipais incidentes sobre a receita bruta e cancelamentos de serviços, quando houver.

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Receita operacional Bruta	10.156.122	-
FGE (i)	5.806.261	-
FGIE – Parte Relacionada (ii)	4.349.861	-
(-) Deduções da Receita	(1.447.247)	-
COFINS	(771.865)	-
Pis/Pasep	(167.576)	-
ISS	(507.806)	-
Receita operacional Líquida	8.708.875	-

(i) Início das operações em 01.07.2014.

(ii) Constituição do Fundo em 28.11.2014.

14 Resultado financeiro

	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	2.173.660	2.329.755
Juros ativos (ii)	75.304	21.776
	2.248.964	2.351.531
Despesas financeiras (iii)	(426)	(8.914)
	2.248.538	2.342.617

(i) Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 4.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

- (ii) O saldo de Juros Ativos representa a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, do saldo de Tributos a Recuperar/Compensar referenciados na Nota 7 (i).
- (iii) As despesas financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF.

15 Despesas administrativas

	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Viagens e Representações (i)	(330.973)	(35.308)
Serviços de Terceiros (ii)	(154.789)	-
Ocupação (iii)	(771.162)	-
Despesas Gerais (iv)	(549.338)	(80.634)
Créditos tributários (v)	63.074	-
Depreciação	(75.642)	(120)
	(1.818.830)	(116.062)

- (i) Viagens e Representações registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF, relacionados a viagens a serviço de interesse da Empresa.
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, contabilidade, treinamento e capacitação, avaliações, licença de uso de softwares, assinatura de periódicos, eventos e prestação de serviços com utilização de materiais.
- (iii) As despesas com ocupação referem-se ao aluguel da filial da ABGF no Rio de Janeiro, despesas com condomínios (matriz e filial) e serviços terceirizados de limpeza e conservação.
- (iv) As Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos de telefonia, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras.
- (v) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para a contribuição do Pis/Pasep e Cofins. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (Cofins) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep), Lei nº 10.637, de 2002, e Lei nº 10.833, de 2003, sobre os valores de despesas constantes das referidas Leis. No caso da ABGF, os créditos tributários incidem sobre as despesas de aluguel, depreciação e energia elétrica.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

16 Despesas com pessoal

	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Empregados:		
Salários, Encargos e Benefícios	12.097.805	4.283.338
Salários e Ordenados (iii)	6.026.301	1.947.288
Encargos Sociais	2.121.721	610.464
Provisões Trabalhista e Previdenciária	1.471.483	424.287
Benefícios Empregados	1.041.869	-
Ressarcimento de Cedidos (ii)	1.431.086	1.301.299
Saúde e Segurança do Trabalho	5.345	-
Diretoria e Conselhos:		
Honorários, Encargos e Benefícios (i)	1.322.356	1.775.060
Honorários do Conselho de Administração	132.416	135.555
Honorários do Conselho Fiscal	76.303	67.778
Honorários da Diretoria Executiva	355.447	534.636
Encargos Sociais Sobre Honorários	159.602	338.180
Provisão Trabalhista e Previdenciária	53.624	176.966
Benefícios Diretor	45.782	65.256
Ressarcimento Diretores (ii)	499.182	456.689
Total	13.420.161	6.058.398

- (i) As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva foram aprovadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, por meio dos Ofícios nºs 1.331 e 794/DEST-MP, respectivamente de 21 de agosto de 2013 e 19 de maio de 2014.
- (ii) A ABGF ressarcе às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.
- (iii) Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST (Ofício nº 1550/DEST-MP, de 05 de novembro de 2013). Em 1º de julho de 2014 foi criada a filial da empresa no Rio de Janeiro e contratados 42 empregados. A filial é responsável pela maior parte das atividades relacionadas ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação.

A seguir estão relacionados as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, por meio da Resolução CGPAR nº 3 de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea “a”:

- Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 29,3 mil e R\$ 6,7 mil.
- Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 41,7 mil e R\$ 39,8 mil
- Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 11,3 mil e R\$ 38,6 mil, respectivamente.

Nas remunerações informadas estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

17 Despesas tributárias

	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
IPTU (i)	19.097	-
Impostos e Taxas Diversas	8.078	-
Taxa de Fiscalização Susep (ii)	162.425	-
Contribuição Sindical (iii)	47.439	44.879
CIDE (iv)	8.860	-
	245.899	44.879

(i) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel alugado no Rio de Janeiro, onde funciona a filial da ABGF. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência.

(ii) Provisão para pagamento de taxas de fiscalização da Superintendência de Seguros Privados (Susep), realizadas em conformidade com autorização da Diretoria Executiva por meio da Nota Técnica DIAFI/SUAFI nº 156/2015/O e da Nota Técnica DIAFI/SUAFI nº 176/2015/O. Refere-se à taxas do 2º, 3º e 4º trimestre de 2014 e 1º trimestre de 2015. A ABGF está contestando administrativamente as cobranças, já que não se iniciaram as operações de prestação de garantias diretas e aquela Superintendência está cobrando taxa de fiscalização de período em que sequer havia autorização formal da Susep para a ABGF operar no mercado de garantias diretas.

(iii) O saldo registrado nesta rubrica corresponde à Contribuição Sindical Patronal do exercício, recolhida junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, na Conta Especial Emprego e Salário, CNPJ 37.115.367/0035-00, conforme inciso III, artigo 580 e § 3º do artigo 590 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

(iv) Refere-se a pagamento de Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessa ao exterior para pagamento da Bloomberg Agreement, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

18 Eventos subsequentes

Em 10 de julho de 2015, foi editada a Medida Provisória nº 682, que transfere para a ABGF a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR.

O FESR é um fundo especial criado pelo Governo Federal por meio do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que tem por finalidade garantir a estabilidade das operações de seguro rural, bem como atender à cobertura complementar de riscos catastróficos.

A transferência da gestão do FESR para a ABGF foi efetivada na segunda quinzena de julho de 2015.

A forma de remuneração para gestão desse Fundo está sendo avaliada pelo Ministério da Fazenda.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 (Valores expressos em reais)

A União, em 10.08.2015, integralizou R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) no Fundo Garantidor de Infraestrutura.

Com o ingresso de recursos capitalizando o FGIE, houve regularização parcial dos créditos devidos à ABGF, relativos às faturas de dezembro de 2014 e de parte da fatura de janeiro de 2015, o valor total pago pelo FGIE foi de R\$ 985.200 (novecentos e oitenta e cinco mil e duzentos reais).

* * *

Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Renato Gerundio de Azevedo
Diretor de Operações

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF